



PENTATEUCO: COMEMORAÇÃO DOS 530 ANOS DE LIVRO IMPRESSO EM PORTUGAL

COLÓQUIO | 14 de Julho | 9h00-18h00 | Salão Nobre dos Paços do Concelho de Faro | Entrada livre

RESUMO

O colóquio *Pentateuco: comemoração dos 530 anos de livro impresso em Portugal* é uma iniciativa conjunta do CHAM, FCSH/NOVA-UAc e da Câmara Municipal de Faro, que pretende contribuir para a reflexão em torno da multifacetada e complexa história da edição impressa em Portugal e para a valorização do seu património.

Ao colóquio, seguir-se-á uma visita à exposição *Faro: Marcos de Urbanismo*, a inaugurar no Museu Municipal de Faro, que evocará complementarmente a vida cultural da **cidade-berço da imprensa**.

ILUSTRAÇÃO

Pormenor do ex-libris da Biblioteca Municipal de Faro, elaborado em 1944 por Alberto de Sousa (1880-1961), alusivo ao facto de ter sido Faro o berço da imprensa em Portugal, com a data que assinala a mais antiga obra impressa. Gravura em zinco executada pela Bertrand Irmãos, Lda. Lisboa. Legenda: *Et facta est lux / 30 de Junho de 1487 / Ex-Libris da Biblioteca Municipal de Faro*.



ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



PROGRAMA

9h00 | Recepção

9h30-9h55 | Sessão de Abertura

Presidente da Câmara Municipal de Faro, **Rogério Bacalhau**

Subdirector do CHAM-Centro de Humanidades, FCSH/NOVA-UAc, **João Luís Lisboa**

PAINEL 1: Moderação de **João Luís Lisboa (CHAM-FCSH/NOVA-UAc)**

10h00-10h30 | *Faro e o seu contexto cultural ao longo dos séculos XV-XIX* / **Francisco Lameira (FCHS/UALG)**

10h35-11h05 | *As histórias que cada letra pode contar. Dois alfabetos "historiados" ou "falantes" na tipografia portuguesa do século XVI* / **João José Alves Dias (IEM; CHAM — FCSH/NOVA-UAc)**

11h05-11h20 | Pausa para café

11h20-11h50 | *Bispos, bibliotecas e corsários: Reflexões em torno do assalto inglês a Faro em 1596* / **Rui Loureiro (ISMAT & CHAM-FCSH/NOVA-UAc)**

11h55 -12h25 | *Em torno da contrafação de livros na primeira metade do século XVII: uma "relação" que [não] saiu da oficina de Diogo Gomes de Loureiro em 1637* / **José Jorge Gonçalves (IEM; CHAM — FCSH/NOVA-UAc)**

12h30-13h00 | Debate

ALMOÇO

PAINEL 2: Moderação de **Margarida Vargues (B-UALG)**

14h30-15h00 | *A História dos Judeus: uma leitura de referência em bibliotecas religiosas* / **Fernanda Maria Guedes de Campos (CHAM-FCSH NOVA-UAc)**

15h05-15h35 | *O poder da gravura impressa* / **José Pacheco (ISMAT)**

15h35-15h50 | Pausa para café

15h50-16h20 | *A vitalidade da tipografia ao longo de mais de quinhentos anos: razões técnicas que a explicam* / **Artur Anselmo (CHAM-FCSH NOVA-UAc; Academia das Ciências de Lisboa)**

16h25-16h55 | *O mundo do livro impresso: história, património e desenvolvimento. Apresentação do projecto Museu da Imprensa no Algarve* / **Patrícia de Jesus Palma (CHAM — FCSH/NOVA-UAc)**

17h00-17h30 | Debate

17h30 | Sessão de Encerramento pela Directora Regional da Cultura do Algarve, **Alexandra Rodrigues Gonçalves**

18h00 | Visita guiada à exposição **Faro: Marcos de Urbanismo**, por **Marco Lopes**

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



NOTAS SOBRE OS CONFERENCISTAS E RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

FRANCISCO LAMEIRA

Professor auxiliar com agregação. Investigador e docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

SINOPSE

Faro e o seu contexto cultural ao longo dos séculos XV-XIX

Descrição da cidade de Faro no século XV. Referência à judiaria e ao papel da comunidade judaica.

Evolução urbana da cidade até ao regresso e à fixação de uma nova comunidade, já no século XIX, incluindo a construção do cemitério dos judeus, ainda subsistente.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



■ JOÃO JOSÉ ALVES DIAS

Investigador Coordenador CHAM – Centro de Humanidades / Centro for the Humanities. *Curriculum vitae*: Licenciado (1982), doutorado (1993) e agregado (2000) em História, é professor do Departamento de História (desde Novembro de 1982) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde leciona as cadeiras de Cultura em Portugal (Séculos XV-XVIII), História de Portugal Moderno (sécs. XV-XVII), História do Livro Impresso, Paleografia e Diplomática, tendo vasta obra publicada em todas estas especialidades. Para *curriculum vitae* detalhado consulte-se: <http://joaoalvesdias.blogspot.pt/>

SINOPSE:

As histórias que cada letra pode contar.

Dois alfabetos «historiados» ou «falantes» na tipografia portuguesa do século XVI.

Todos os dias abrimos um livro ou um jornal; em quase todos aparece – a abrir – uma letra de um tamanho maior, com um outro corpo. A função de realce que se consegue com esse efeito é uma memória que nos transporta aos tempos denominados medievais. Essa letra inicial – primeira letra (*initium*) – pode denominar-se capital (quando apenas aumenta o seu tamanho) ou capitular (quando associa motivos de decoração).

A capitular – nome que lhe advém por, em regra, constituir a primeira letra de um capítulo – era, nesses tempos, desenhada e iluminada (isto é colorida, dando-lhe a cor Luz ou seja vida). Aos poucos criaram-se regras. Numa primeira fase, o desenho que envolvia a letra poderia ser: estético; geométrico; ou de formas livres – mais ou menos imaginárias – de plantas (fitomórficas), de animais (zoomórficas) e de pessoas (antropomórficas). Numa segunda fase, desenhava-se, antes, algo que estivesse diretamente relacionado com o texto e que lhe servisse de complemento.

Com a invenção da tipografia, as primeiras capitulares impressas – agora com o auxílio de cunhos abertos em madeira ou em de metal – seguiam também essas regras (embora numa primeira fase o seu espaço ficasse em branco – durante a impressão – e fosse, posteriormente, ocupado por uma letra manuscrita e iluminada com as mesmas técnicas da escrita medieval).

A adaptação de um desenho figurativo concreto – para adornar a letra – começou, aos poucos, a conhecer alguma complexidade e sofisticação. Como facilmente se compreende, não era económico estar sempre a abrir cunhos para se ter capitulares relacionadas com as temáticas das novas edições. Os tipógrafos usavam, na sua oficina, as capitulares figuradas que integravam o seu parque tipográfico, independente das temáticas dos mais diferentes livros que imprimiam.

A fim de facilitar a arte, passaram a adaptar antes os desenhos às letras, a que serviam de adorno, num sistema de alfabeto falante. Por exemplo, um alfabeto com flores: o malmequer ilustraria a letra M; a rosa a letra R; e o lírio... a letra I, dado Iris ser o nome mais comum dessa planta. Mas para além da barreira linguística existia a fronteira estética. Se as letras adornadas com flores adornassem com grande beleza um livro de botânica – ou até de matéria médica dado que a maioria dos remédios era composta a partir de simples –, a utilização das mesmas letras num livro de aritmética, ou de navegação, poderia não ser o tema mais perfeito e o mais adequado. Numa fase seguinte, imaginou-se uma outra relação – a ilustração de um episódio, de uma figura, ou de uma cena – que não provocasse tantos entraves. Por exemplo: a figura de um homem coroado a tocar uma harpa era facilmente identificada com David e serviria, na perfeição, para decorar a letra D. Depois, novos passos foram dados. Formas mais elaboradas surgiram. É isso que vamos contar com dois alfabetos utilizados na tipografia portuguesa, em meados do século XVI.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



RUI MANUEL LOUREIRO

Doutorado em História pela Universidade de Lisboa (1995). Actualmente é professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, e investigador integrado do CHAM - Centro de Humanidades (FCSH-Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores). É também membro da Academia de Marinha. Tem publicado numerosas fontes e estudos sobre a história da presença ibérica na Ásia nos séculos XVI e XVII e nomeadamente a respeito da produção e circulação de manuscritos e impressos.

SINOPSE:

Bispos, bibliotecas e corsários

Reflexões em torno do assalto inglês a Faro em 1596

Em 1596, uma armada anglo-holandesa sob o comando de Robert Devereux, segundo duque de Essex, atacou a cidade de Faro, na sequência de um outro assalto à cidade espanhola de Cadiz. Viviam-se tempos da União Ibérica, e por motivos de conjuntura internacional Portugal passara para o campo dos inimigos de Inglaterra. O episódio, que é bem conhecido, será brevemente contextualizado, para depois servir de mote a um excuroso sobre a biblioteca do então bispo de Faro, D. Fernando Martins Mascarenhas, que na altura foi desviada para as ilhas britânicas como saque de guerra, vindo posteriormente a ser depositada na Bodleian Library, em Oxford. De passagem será mencionado o incunábulo farense do «Pentateuco», que tem andado associado a este episódio de pirataria livresca.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



JOSÉ JORGE GONÇALVES

Investigador integrado do CHAM – Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, e do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Desenvolve atividades essencialmente nas áreas da Paleografia e Diplomática e da História do Livro Impresso. Na primeira linha de investigação, entre outras atividades, colaborou na leitura, transcrição paleográfica e revisão da obra *Chancelarias Portuguesas : D. João I*, publicada em nove tomos pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, 2007-2009). No que respeita à História do Livro Impresso, apresentou e defendeu a sua tese de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas com o título *A Imprensa em Coimbra no século XVII* (2012), entre diversas colaborações em comunicações, artigos, entradas de dicionários e outras obras. É, ainda, membro do Conselho Científico e da Comissão Editorial da revista em linha com revisão científica *Fragmenta Historica*, editada pelo Centro de Estudos Históricos.

SINOPSE

Em torno da contrafação de livros na primeira metade no século XVII: uma "relação" que [não] saiu da oficina de Diogo Gomes de Loureiro em 1637

Durante o ano de 1637, o convento beneditino de Moimenta é palco de uma sucessão de manifestações tidas como milagres atribuídos a São Francisco Xavier. Maria da Encarnação, monja de clausura que apresentava sintomas de uma doença que os médicos não conseguiam identificar, tem conhecimento do caso do Padre Marcelo Mastrili através de uma pagela e de uma relação que descreve os milagres que o santo nele operou; depois disso, a religiosa beneditina afirma ter-se nela concretizado um milagre de cura, após uma aparição de São Francisco, a qual foi comprovada pela autoridade eclesiástica. Sórora Maria da Encarnação vem a falecer em setembro de 1637 e logo depois aparecem duas edições impressas com a narração dos milagres ocorridos no convento de Moimenta. A presente comunicação pretende demonstrar que uma delas é uma contrafação.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS

Doutorada em História (FCSH-UNL) e Pós-Graduada em Ciências Documentais, foi Subdirectora da Biblioteca Nacional (1992-2006) e coordenou organizações nacionais e internacionais ligadas a bibliotecas. Na actualidade é investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM/FCSH-UNL e UAç) no Grupo Leitura e Formas da Escrita e consultora da Biblioteca da Academia Nacional das Belas Artes. Participa regularmente em congressos e tem diversos artigos e livros publicados, sendo o último, *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores (séc. XVIII)*, 2015.

SINOPSE

A História dos Judeus: uma leitura de referência em bibliotecas religiosas

No momento em que se comemoram os 530 anos da edição do **Pentateuco** em Portugal pretende-se, com esta comunicação, dar a conhecer a importância que a História dos Judeus alcançou nos acervos de bibliotecas de comunidades religiosas desde a Idade Média. Reportamo-nos, em concreto, às obras de Flávio Josefo (c.38-c.100) nascido em Jerusalém e feito cidadão romano pelo imperador Vespasiano que descrevem com pormenor a história da nação judaica, a antiguidade da sua religião e as guerras travadas contra os romanos. Escrita na língua grega, a obra de Josefo foi copiada e lida sendo citada por autores cristãos antigos como Eusébio de Cesareia (263-339) e S. Jerónimo (347-420) e assumida enquanto fonte complementar das Sagradas Escrituras pois Josefo faz referência a Jesus. No Ocidente é, sobretudo, a partir do Renascimento que Flávio Josefo e a sua obra conhecem uma divulgação e um apreço (que não deixou de gerar também controvérsias) invulgares, primeiro em cópias manuscritas depois através da produção tipográfica. Ao contrário de outros autores antigos que foram caindo no esquecimento, Flávio Josefo continuou a ser profusamente editado até ao século XIX se bem que no século XX e mesmo em anos mais recentes se vão encontrando edições da sua obra.

Os catálogos das antigas bibliotecas conventuais portuguesas e as obras delas provenientes localizadas nas colecções patrimoniais permitem-nos conhecer e reconhecer a presença de múltiplas edições das obras de Flávio Josefo, confirmando-o como um dos autores mais estimados e lidos no ambiente religioso.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



JOSÉ PACHECO

Natural de Lagos, Algarve (1954). Licenciou-se em Design de Comunicação na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1980), fez um mestrado em História da Arte na Universidade Nova de Lisboa (1990) e doutorou-se em Ciências da Arte na Universidade de Lisboa (2006).

Com um longo percurso profissional ligado ao design gráfico e à imprensa escrita, dirigiu, desenvolveu e colaborou em inúmeros projectos para editoras, empresas jornalísticas e Ateliers de Comunicação Visual. Como investigador, tem centrado os seus interesses no âmbito da teoria e história do design gráfico e da imprensa em Portugal, mas também nos estudos de arte e estética, daí resultando a publicação de várias obras e artigos científicos, bem como o Prémio João Branco, com que foi distinguido pela Universidade de Aveiro, em 2007.

Manuel Teixeira Gomes – *Numa sublime cruzada em busca do belo* constitui o seu trabalho mais recente, datado de 2015, obra editada com o apoio do Museu da Presidência da República.

Lecciona desde 1981, presentemente no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão.

Nunca adoptou o último acordo ortográfico.

SINOPSE

O poder da gravura impressa

Uma das noções que, no século XIX, os jornalistas em Portugal tinham presente com a publicação dos seus artigos era a de que estavam a fazer história ou, pelo menos, a darem um contributo útil para a história. Talvez não a história concreta ou específica da imprensa, mas uma história geral contemporânea da sociedade portuguesa, da qual não tinham dúvidas de que eram intérpretes inequívocos. Estavam convictos de que o seu trabalho, pelo menos, aliviaria o esforço dos historiadores das penosas investigações que outrora passavam pelas dificuldades em decifrar os enigmas que lhe permitiam a reconstrução do passado. Sampaio Bruno, a propósito das revistas literárias, chega mesmo a afirmar que estas, para além de constituírem uma espécie de álbum para *délassement* dos ociosos, possuíam uma utilidade maior, mais séria e mais elevada, dado que, no seu entendimento, constituíam uma larga síntese de toda uma época artística.

E a circunstância da edição das nossas próprias revistas ilustradas iniciarem o seu caminho chamando, em 1837, o nosso mais cotado historiador, Alexandre Herculano, designadamente para dirigir *O Panorama*, é mais uma prova dessa inequívoca ligação de compromisso entre o jornalismo e a história. Porém, a sua afirmação de que «à invenção da imprensa deve a Europa a sua civilização actual: é este um facto que hoje ninguém contesta», deixa claro que o fazer história e, em particular, história da imprensa não se resume ao contributo dos chamados «escritores públicos», mas ao de todos os envolvidos na indústria das artes gráficas, particularmente os tipógrafos-compositores, que, justamente, se orgulhavam da imprensa constituir um «elemento de progresso e a grande alavanca da civilização», e os desenhadores/gravadores, que nos deixaram um repertório de imagens que ilustra uma boa parte do nosso património histórico colectivo.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS





ARTUR ANSELMO

Filólogo romanista de formação, historiador do livro por velha afeição indeclinável, doutorado pela Sorbonne (Paris – IV) e pela Universidade Nova de Lisboa em Estudos Portugueses, é docente jubilado desde 2011. Leccionou, ao longo de cerca de quarenta anos, cursos de Língua, Literatura e Cultura Portuguesa, Cultura Clássica Greco-Latina, Semiologia e História do Livro, no Brasil e em Portugal.

É sócio-correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio-efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.

É presidente da Academia das Ciências de Lisboa, da Classe de Letras e do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa desta instituição fundada em 1779.

SINOPSE

A vitalidade da tipografia ao longo de mais de quinhentos anos:

razões técnicas que a explicam

No estado actual das investigações, não se conhece nenhum livro impresso em Portugal antes de 1487, data do *Pentateuco* hebraico impresso em Faro por Samuel Gacon, pelo que tem de considerar-se o primeiro que se executou em Portugal pelo processo tipográfico.

Passados 530 anos sobre este acontecimento, explicaremos quais as razões da vitalidade da tipografia, nomeadamente, o facto de ser uma arte que nasceu perfeita.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



PATRÍCIA DE JESUS PALMA

Doutorada em Estudos Portugueses – especialidade de História do Livro e Crítica Textual, pela Universidade Nova de Lisboa (com a tese *O Reyno das Letras. A Cultura Literária na Periferia: o Algarve, 1759-1910*, 2016), é mestre em Estudos Portugueses – especialidade de Literatura Portuguesa Contemporânea, pela mesma Universidade (com a dissertação *A produção literária impressa no Algarve durante os Séculos XIX e XX*, 2008), e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante Estudos Portugueses, pela Universidade do Algarve (2003).

É investigadora integrada do grupo «Leitura e formas de escrita» do CHAM, FCSH-Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores e, como tal, tem participado em encontros científicos nacionais e internacionais e publicado os resultados da sua pesquisa em revistas e livros da especialidade, dinamizando também actividades de divulgação cultural em colaboração com outras instituições públicas e privadas. É colaboradora da Fundação Manuel Viegas Guerreiro.

SINOPSE

O mundo do livro impresso: história, património e desenvolvimento. Apresentação do projecto Museu da Imprensa no Algarve

É inegável a relação de Faro com os primórdios da imprensa em Portugal. Menos conhecido é o facto de três séculos depois, em 1808, a região voltar a ser precursora no movimento de expansão e de reactivação da actividade tipográfica ao longo do território português d'aquém e d'além-mar. Desta actividade resultou um património intelectual e industrial que compete salvaguardar, conhecer, valorizar e disponibilizar em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, enriquecendo o seu conhecimento sobre a história e a diversidade culturais. Neste contexto, considera-se adequada a criação de um Museu da Imprensa no Algarve, que ligue passado, presente e futuro e cumpra os objectivos da valorização do património, da diversificação da oferta cultural, da investigação e desenvolvimento, da educação e da cidadania.

ORGANIZAÇÃO



APOIOS



fundação manuel viegas guerreiro



 NOTAS

ORGANIZAÇÃO



FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



APOIOS



INSTITUTO SUPERIOR
Manuel Teixeira Gomes



fundação manuel viegas guerreiro